

# MERCADO SUSTENTÁVEL DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO NA ERA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

## *SUSTAINABLE IMPORT AND EXPORT MARKET IN CONTEMPORARY ERA IN BRAZIL*

Kaiser Motta Lucio de Morais Junior<sup>1</sup>

Especialista e Mestrando em Direito

Universidade Cândido Mendes (UCAM) - Rio de Janeiro (RJ) - Brasil

**RESUMO:** Este estudo pretende demonstrar o panorama do mercado de importação e exportação para que ao final seja entendido como aplica-se o princípio da livre iniciativa e qual a importância deste mercado para o desenvolvimento do Brasil na segunda metade do século XX e início do século XXI, também apelidado de Era Contemporânea. Para que seja atingido o objetivo proposto, o autor utiliza-se da revisão da literatura de autores renomados do direito e da economia, além de apresentar diversas tabelas acerca do crescimento desse mercado para facilitar o entendimento do desenvolvimento do mercado de importação e exportação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mercado de importação. Mercado de exportação. Princípio da livre iniciativa.

**Abstract:** This study aims to demonstrate the panorama of the import and export market so that the end is understood to apply the principle of free enterprise and the importance of this market for the development of Brazil in the second half of the twentieth century and early twenty-first century, It was also nicknamed Contemporary. Attaining the proposed objective, the author uses is the review of the literature by renowned authors of the law and economics, in addition to

---

<sup>1</sup>Graduado, Especialista em Direito Público e Tributário e Mestrando em Direito pelo Programa de Pós graduação Strito sensu da Universidade Cândido Mendes em direito Econômico e desenvolvimento. Professor de Direito, na cadeira de Instituições Públicas e Privadas da Graduação do Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil (SENAI/CETIQT) e Professor de Direito Tributário da Pós-Graduação da UCAM - AVM. O artigo insere-se na Linha Editorial da Revista: Empresa, sociedade e sustentabilidade. Advogado em Direito Tributário. E-mail: kaisermotta@gmail.com.

presenting several tables on the growth of this market to facilitate understanding of the development of import and export market.

**Keyword:** Import market. Export market. Constitutional Principle.

## Introdução

Ao discorrer sobre a livre iniciativa como fundamento da República e princípio fundante da ordem econômica como instrumento de desenvolvimento do mercado de importação e exportação, faz-se necessário entender o que é importante segmento da economia brasileira pelo seu histórico, o que justifica o trabalho de pesquisa que se apresenta.

O objetivo do artigo é desenvolver os paradigmas históricos para comprovar que o mercado importação e exportação na atualidade é essencial ao crescimento econômico do país e não aplicar modelos econômicos.

Para isso, utilizar-se-á como esteio, a classificação dos economistas da FIPE-USP<sup>2</sup>, dos professores Marco Antonio Sandoval de Vasconcelos, Amaury Patrick Gremaud e Rudinei Toneto Júnior, em seu livro *Economia Brasileira Contemporânea*<sup>3</sup>, que dividem a economia brasileira em cinco grandes fases, a saber:

- 1<sup>a</sup>) 1930 a 1961 - Processo de substituição de importações;
- 2<sup>a</sup>) 1962 a 1967 - Crise da política de substituição de importações e as reformas institucionais no PAEG<sup>4</sup>;
- 3<sup>a</sup>) 1968 a 1979 - Milagre econômico e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND);
- 4<sup>a</sup>) A crise da década de 80: o processo de ajuste externo; e
- 5<sup>a</sup>) As políticas de combate à inflação da Nova República.

Em seguida, apresentar-se-á o panorama da “Primeira década do século XXI”, no sentido de trazer um apanhado histórico da economia brasileira e as

<sup>2</sup>FIPE - Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>3</sup>VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick e JÚNIOR, RudineiToneto. *Economia Brasileira Contemporânea*. 3. ed São Paulo: Atlas, 1999, p. 228.

<sup>4</sup>PAEG- O Programa de Ação Econômica do Governo.

externalidades<sup>5</sup>, sejam elas positivas ou negativas<sup>6</sup>, que afetam o mercado das empresas de importação e exportação no Brasil.

A metodologia utilizada no artigo é a revisão bibliográfica e a obtenção de dados secundários buscados em sites oficiais para comprovar o desenvolvimento do mercado estudado em cada etapa econômica do Brasil.

## 1 O Histórico do mercado de Importação e Exportação no século XX

Destacam-se as sábias palavras de Fabio Konder Comparato<sup>7</sup>, ao pontuar o seguinte:

Se quiser indicar uma instituição social que, pela sua influência, dinamismo e poder de transformação, sirva de elemento explicativo e definidor da civilização contemporânea, a escolha é indubitável: essa instituição é a empresa.

A empresa constitui-se a instituição chave para a sociedade<sup>8</sup>, célula fundamental da economia<sup>9</sup>, sendo fator preponderante para o bom desempenho das relações existentes no comércio de importação e exportação, haja vista ser um setor da economia de influência e relevância estratégica para o crescimento do país<sup>10</sup>. Segue-se o histórico dividido em cinco partes:

<sup>5</sup>Segue o conceito econômico de externalidade do economista da USP, André Luis Squarize Chagas. “As externalidades ou economia externa surgem quando a decisão tomada por um agente influencia o bem-estar de outro agente, não diretamente envolvido com as decisões do primeiro. Em outras palavras, em um mercado, as decisões de compradores e vendedores influenciam mutuamente uns e outros - e o resultado do mercado não é uma externalidade. No entanto, caso outro agente, não envolvido no mercado, também seja influenciado, nesse caso, a perda ou ganho de bem-estar desse último agente é uma externalidade”. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antonio S. de e JÚNIOR, Rudinei Toneto (orgs.). **Manual de Economia**. 6. ed São Paulo: Saraiva, 2011, p. 281.

<sup>6</sup>O professor Antônio José Maristrello Porto explica que “(...) externalidades como qualquer interferência benéfica (externalidade positiva) ou maléfica (externalidade negativa) que a atividade de um agente pode ter sobre o bem-estar de um terceiro”. PORTO, Antônio José Maristrello e GOMES, Lucas Thevenard. **Análise Econômica da Função Social dos Contratos: críticas e aprofundamentos**. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/1%20EALR%20192/1%20EALR%20192>> Acesso em: 17 nov. 2014, p. 212.

<sup>7</sup>COMPARATO, Fábio Konder. A reforma da empresa. In: COMPARATO, Fábio Konder (org). **Direito Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 3-26, p. 3.

<sup>8</sup>*Id ibid*, p. 4.

<sup>9</sup>ASQUINI, Alberto. *Profilidell'impresa*. **Rivista Del Diritto Commerciale e Del Diritto Generale dele Obbligazioni**. V. 41, n° 1, 1-20, 1943, p. 4, nota de rodapé 5 apud CAVALLI, Cássio Machado. **Empresa, Direito e Economia: elaboração de um conceito jurídico de empresa no direito comercial brasileiro contemporâneo a partir do dado teórico econômico**. Tese apresentada pelo autor para requisito de obtenção do título de doutor pela UFRGS. Porto alegre, 2012.

<sup>10</sup>Em 2012, comércio exterior brasileiro registrou saldo comercial positivo, diante de US\$ 242; 6 bilhões em exportações e US\$ 223,1 bilhões em importações, chegando ao total movimentado de US\$ 456,7 bilhões. FIRJAN, Sistema. **Diagnóstico do Comércio Exterior do Estado de Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2013.

## 1.1 O processo de substituição de importação

Até a República Velha (1889-1930) a economia brasileira dependia basicamente do desempenho das suas exportações, que no período se restringiam a poucas *commodities*<sup>11</sup> agrícolas, mais precisamente o café plantado na região sudeste, o que caracterizava a economia brasileira como agroexportadora. Era desta forma que economia brasileira estava inserida na economia mundial desde o período colonial, variando ao longo do tempo os produtos: açúcar, ouro, algodão, café e borracha.

Há de se evidenciar, que o Brasil, à época, apesar de deter o título de um dos maiores produtores de café, não possuía o controle dos preços e assim, dependia exclusivamente das oscilações no crescimento mundial para conseguir resultados na sua economia<sup>12</sup>.

Assim, em 1930 quando a economia mundial viveu uma das maiores crises de sua história<sup>13</sup>, restou claro que a situação da economia brasileira, dependente de exportação de um único produto agrícola era insustentável.

Conseqüentemente, foi um momento de ruptura no desenvolvimento econômico brasileiro, pois a fragilização do modelo agroexportador trouxe à tona a consciência da necessidade da industrialização, como instrumento de superação dos constrangimentos externos e do subdesenvolvimento. Não foi o início da industrialização brasileira, (esta já se havia iniciado desde o final do século XIX)<sup>14</sup>, mas o momento em que esta passou a ser meta prioritária da política econômica.

Devido ao estrangulamento externo, acarretado pela crise internacional da Bolsa de Nova York, houve a necessidade de produzir internamente o que antes era importado, defendendo-se dessa maneira o nível de atividade econômica. A industrialização foi impulsionada por esse processo de substituições de importações, denominado industrialização fechada<sup>15</sup>, voltada para dentro, ou seja, voltado para o mercado interno<sup>16</sup>.

<sup>11</sup>*Commodities* é uma palavra em inglês, é o plural de commodity que significa mercadoria. Podem ser definidas como mercadorias, provenientes de cultivo ou extração, que são produzidas em larga escala e comercializadas mundialmente. São produzidas por diferentes produtores e possuem características uniformes. Geralmente, são produtos que podem ser estocados por um determinado período de tempo sem que haja perda de qualidade. Por serem mercadorias primárias, propensas à transformação em etapas de produção, são negociadas globalmente. COOPERATIVISMO, Aprendendo a Exportar. **Exportação. Mercado de Commodities**. Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/sistemas\\_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/304](http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/304)> Acesso em: 16 out. 2014.

<sup>12</sup>VASCONCELOS; GREMAUD e JÚNIOR, op. cit., p. 231.

<sup>13</sup>Ver FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>14</sup>VASCONCELOS; GREMAUD e JÚNIOR, op. cit., p. 230.

<sup>15</sup>Ver TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

<sup>16</sup>Refere-se a "mercado interno" na ciência econômica, quando se trata de uma economia fechada, ou seja, uma economia não afeta a relacionamentos com outros países, se resumindo no âmbito local, ao mercado de bens e consumo (produto nacional), mercado de trabalho e mercado cambial (moeda nacional). Idem., p. 293.

Daí, nasceu o processo de substituição das importações que durou mais de trinta anos, tendo inclusive períodos de auge e de grande crescimento, como o plano de metas (1956-1960) adotado pelo governo de Juscelino Kubitschek. Entretanto, esse momento da economia brasileira, teve percalços e dificuldades, mas modificou substancialmente as características da economia brasileira, industrializando-a e urbanizando-a<sup>17</sup>.

Inclusive, pode-se notar o crescimento do PIB<sup>18</sup> nesse período consoante tabela n° 1 abaixo.

Tabela 1 - Taxas de Crescimento do PIB (1955-1961)				
Ano	PIB	Industria	Agricultura	Serviços
1955	8,8	11,1	7,7	9,2
1956	2,9	5,5	-2,4	0
1957	7,7	5,4	9,3	10,5
1958	10,8	16,8	2	10,6
1959	9,8	12,9	5,3	10,7
1960	9,4	10,6	4,9	9,1
1961	8,6	11,1	7,6	8,1

Fonte: IBGE<sup>19</sup>

## 1.2 A crise dos anos 60 e o PAEG

No início dos anos 60 caracterizou-se pela primeira grande crise econômica do Brasil em sua fase industrial. Neste período, houve uma queda brusca dos investimentos, e a taxa de crescimento da renda brasileira caiu vertiginosamente. Assim, para dar andamento ao desenvolvimento econômico, tornou-se imperioso desenvolver o setor de bens de capital, ampliar o segmento de bens intermediários e melhorar a infraestrutura urbana<sup>20</sup>.

Contudo, para despertar esses setores, era necessário financiamento público, que se encontrava escasso em razão do elevado déficit público oriundo dos gastos realizados pelos Planos de Metas do Governo Juscelino Kubitschek. O cenário nesse período era de crise política, queda da receita cambial advindas das exportações e a aceleração da taxa de inflação.

<sup>17</sup>*Idem.* p. 235.

<sup>18</sup>PIB - Produto Interno Bruto. É uma medida do valor dos bens e serviços que o país produz num período, na agropecuária, indústria e serviços. Método utilizado para medir a atividade econômica de um país. GLOBO, Economia. Entenda o PIB - O que é. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e/platb/>> Acesso em: 14 out. 2014.

<sup>19</sup>IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>20</sup>VASCONCELOS; GREMAUD e JÚNIOR, op. cit., p. 242.

<sup>21</sup>BAER, Werner. A Economia Brasileira. São Paulo: Nobel, 1996, p. 74.

Neste passo, com intuito de reverter esse cenário, o governo de Castelo Branco lançou o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), que basicamente tinha como frente de atuação políticas pontuais de combate à inflação, ligadas a reformas estruturais que permitiam o equacionamento dos problemas inflacionários e a superação dos entraves do crescimento econômico. Em linhas gerais, os objetivos do PAEG eram: estimular o ritmo de desenvolvimento econômico, estancar o processo inflacionário, reduzir as desigualdades regionais e setoriais da economia, aumentar o investimento, com a consequente criação de emprego e diminuir a tendência ao desequilíbrio externo<sup>22</sup>.

Através dos dados expostos na tabela n° 2 abaixo, percebe-se que esse ciclo teve taxas de crescimento mais baixas e altíssimos índices inflacionários.

Tabela 2 - Taxas de Crescimento do PIB e inflação (1962-1967)			
Ano	Crescimento do PIB (%)	Crescimento da Produção Industrial (%)	Taxa de Inflação (IGP- DI) (%)
1962	6,6	8,1	45,5
1963	0,6	-0,2	83,2
1964	3,4	5,0	84,5
1965	2,4	-4,7	31,4
1966	6,7	11,7	34,2
1967	4,2	2,2	21,2

Fonte: Conjuntura Econômica

As reformas do PAEG lograram êxito em alterar o quadro econômico brasileiro e em especial no setor aduaneiro, buscou-se estimular e diversificar as exportações brasileiras, com uma série de incentivos fiscais e modernizando e dinamizando órgãos ligados ao comércio internacional como o CACEX<sup>23</sup> e CPA<sup>24</sup>. Desta feita, com a redução da inflação e a atração do capital estrangeiro, este período preparou terreno para a retomada do crescimento ao longo da década de 70<sup>25</sup>.

<sup>22</sup>VASCONCELOS; GREMAUD e JÚNIOR, op. cit., p. 243.

<sup>23</sup>CACEX - Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. Esse órgão foi extinto no governo Collor e suas funções foram distribuídas na Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e na Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

<sup>24</sup>CPA - Conselho de Política Aduaneira.

<sup>25</sup>VASCONCELOS; GREMAUD e JÚNIOR, op. cit., p. 250 e 251.

### 1.3 O milagre econômico brasileiro e o II PND

Esse ciclo de 1968 a 1973, denominado “Milagre Econômico Brasileiro”, se caracterizou pelas maiores taxas de crescimento do PIB na história recente do país, com relativa estabilidade de preços e com média de crescimento interno bruto situou-se acima da taxa de 10% ao ano. Além do ciclo de alta da economia mundial, as reformas institucionais elaboradas no período de recessão anterior, também contribuíram para retomada do crescimento, que aproveitou a capacidade ociosa da indústria<sup>26</sup>.

Nesse sentido, veja-se a tabela n° 3 a seguir que demonstra isso com enorme clareza.

Tabela 3 - Taxas de Crescimento do PIB em (%) - (1962-1967)				
Ano	PIB	Industria	Agricultura	Serviços
1968	9,8	14,2	1,4	9,9
1969	9,5	11,2	6	9,5
1970	10,4	11,9	5,6	10,5
1971	11,3	11,9	10,2	11,5
1972	12,1	14	4	12,1
1973	14	16,6	0	13,4
Fonte: IBGE				

No que tange a política externa, especialmente o comércio exterior, foram abolidos impostos estaduais de exportação, simplificados procedimentos administrativos para exportação e a criação de programas de incentivos fiscais e até crédito subsidiados aos exportadores<sup>27</sup>. Com essas medidas verificou-se um crescimento de 2,5 vezes do volume de exportações, o que viabilizou o rápido crescimento econômico desse ciclo.

Todavia, apesar dos esforços, a economia brasileira ainda era muito vulnerável a economia externa. Assim, com a chegada da crise mundial do petróleo em 1973, onde a OPEP<sup>28</sup> quadruplicou o preço do barril de petróleo, o ciclo expansionista cessou. No ano seguinte a crise, houve um aumento expressivo das taxas

<sup>26</sup>Op. cit., p. 252 e 253.

<sup>27</sup>DOELLINGER, Carlos Von. A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1967-73. Coleção Relatórios de Pesquisa, n° 22, Rio de Janeiro: IPEA, 1974, pp. 23-47.

<sup>28</sup>OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

de inflação que passaram de 15,5 % em 1973 para 34,4% em 1974. A tendência era de desaceleração econômica.

Werner Baer<sup>29</sup>, economista Ph.D da Harvard University, alega que à época o Brasil tinha duas opções para enfrentar a crise do petróleo. A primeira, reduzir substancialmente o crescimento a fim de diminuir sua conta de importação não referente ao petróleo ou como segunda opção, continuar com políticas de crescimento, elevando o PIB nacional, contudo, tal situação, ocasionaria o declínio das reversas cambiais e um grande aumento da dívida externa. O Brasil, partiu para a segunda alternativa, introduzindo o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

O II PND, essencialmente, consistia em um programa de investimento, que tinha como metas principais, um novo ciclo de substituição das importações de produtos industriais básicos (aço, alumínio, cobre, fertilizantes e produtos petroquímicos) e a busca por uma expansão veloz da infraestrutura econômica (energia hidráulica e nuclear, produção de álcool, transportes e comunicações)<sup>30</sup>.

Diante dessas alterações na política nacional desenvolvimentista e dos investimentos, a tabela n° 4 demonstra que a escolha pelo crescimento manteve uma média anual de cerca de 7% de crescimento durante quase uma década e um crescimento industrial anual aproximado de 7,5%, entretanto, não à semelhança dos anos do milagre.

Tabela 4 - Taxas de Crescimento do PIB em (%) - (1974-1979)				
Ano	PIB	Industria	Agricultura	Serviços
1974	9,0	7,8	1,0	9,7
1975	5,2	3,8	7,2	2,9
1976	9,8	12,1	2,4	8,9
1977	4,6	2,3	12,1	2,6
1978	4,8	6,1	-3,0	4,3
1979	7,2	6,9	4,9	6,7
Fonte: IBGE				

Em contrapartida, a dívida externa cresceu rapidamente no período, US\$ 15

<sup>29</sup>BAER, op. cit., p. 105.

<sup>30</sup>VILLELA, Annibal e BAER, Werner. O setor privado nacional: problemas e políticas para o seu fortalecimento. Coleção Relatório de Pesquisa 46. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1980, cap.3.



bilhões entre 1974 e 1977 e mais US\$ 17 bilhões em 1978/1979<sup>31</sup>. Para executar o II PND, o Estado foi avocando para si, um passivo para manter o crescimento econômico e o funcionamento da economia. Dados os níveis extremamente baixos das taxas de juros internacionais, à época, o Estado era capaz de pagar os juros, porém correndo risco de que qualquer modificação na estrutura das taxas de juros poderia inviabilizar as condições de pagamento, particularmente, em razão da característica flutuante das taxas de juros dos empréstimos.

No futuro próximo, a deterioração da capacidade de financiamento do Estado, que socializou todos os custos no período do II PND (com grande aumento nos gastos, sem criar mecanismos adequados de financiamento), constituir-se-ia no grande problema enfrentado posteriormente pela economia brasileira.

#### 1.4 A crise da década de 80

No final da década de 70 e início da década de 80, ocorreu a segunda crise do petróleo o que ocasionou grandes transformações no cenário internacional, tais como a reversão das condições de financiamento internacional, consequentemente elevação da taxa de juros. Nesse ambiente, a dívida externa brasileira, entrou em curva crescente e no âmbito interno o déficit público gerou pressões inflacionárias, tanto que a inflação em 1979 saltou para 77% a.a.<sup>32</sup>.

E o ponto central dessa mudança se deu com a alteração da política americana, que a partir da segunda crise do petróleo, adotou uma política restritiva, objetivando conter a tendência de desvalorização do dólar, em razão do câmbio flutuante. De fato, a política de restrição de crédito americana forçou o ajustamento da economia.

Neste contexto de taxas mais elevadas e maior dificuldades de obter recursos, isto é, rolar os passivos acumulados, muitos países, como o Brasil, se viram com grandes problemas com a dívida externa, levando em alguns casos à insolvência, como moratória mexicana. O Brasil entrou em profundo processo de recessão, com queda na renda per capita e somente conseguiu uma aceleração da economia após 1982, motivados pelos estímulos das exportações<sup>33</sup>.

<sup>31</sup>BATISTA JR, Paulo Nogueira. International financial flows to Brazil since the late 1960s. World Bank Discussion Papers, 7. Washington, D.C.; World Bank, mar/1987, p. 4.

<sup>32</sup>BAER, op. cit., p. 267.

<sup>33</sup>Idem, p. 270.

Nesse sentido, a tabela nº 5 demonstra o baixo índice de crescimento econômico e a evolução galopante da inflação.

Tabela 5 - Taxas de Crescimento do PIB (Índice 1980=100) e Inflação (%) - (1980-1985)					
Ano	PIB	Industria	Agricultura	Serviços	IGP- DI (%)
1980	100	100	100	100	100
1981	95,75	91,17	107,98	97,51	97,51
1982	96,63	91,3	107,75	99,57	99,57
1983	93,81	85,91	107,27	99,06	99,06
1984	98,9	91,38	110,07	104,37	104,37
1985	106,75	99,08	120,59	11,66	11,66

Fonte: Conjuntura Econômica.

### 1.5 Políticas de combate à inflação da década de 90.

Perante os altos índices inflacionários, a partir de 1985 em diante, a política econômica teve como meta principal o combate à inflação. A redução dos índices inflacionários foi tentado de várias formas, com uma série de planos econômicos<sup>34</sup> que visavam à queda abrupta da inflação intercalada por períodos de controle ortodoxos. Tratou-se de uma fase, até o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), marcada por oscilação nas taxas de inflação, segundo a tabela número 6 e pela completa deterioração das contas públicas.

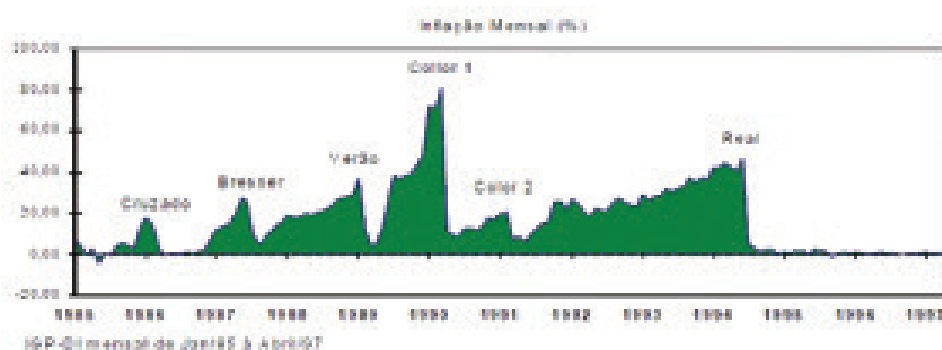
Tabela 6 - Taxas de Crescimento do PIB (Índice 1980=100) e Inflação (%) - (1986-1993)					
Ano	PIB	Industria	Agricultura	Serviços	IGP- DI (%)
1986	114,81	110,73	110,92	120,73	65
1987	118,99	111,9	127,53	124,78	415
1988	118,92	109	128,6	127,67	1037,6
1989	122,73	112,15	132,27	132,3	1782,9
1990	117,51	103,2	127,35	131,35	1476,6
1991	118,93	103,2	130,05	134,06	480,2
1992	117,86	99,38	136,94	133,92	1158
1993	123,75	108,33	134,34	138,61	2,708,6

Fonte: Conjuntura Econômica.

<sup>34</sup>Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor. Ver PAULANI, L. et. al. O heterodoxo e o pós-moderno: o cruzado em conflito. São Paulo: Paz e terra, 1987.

Não obstante os esforços, com os referidos planos, foram somente no plano real (1994) que a inflação reduziu a patamares considerados de um país em desenvolvimento, conforme quadro n° 1 demonstrativo abaixo.

Gráfico 1 - Taxas de Inflação (%) - (1986-1997)



Fonte: Banco Central

O êxito na política de combate à inflação através do Plano Real se deu com base em dois pontos centrais: o primeiro, nas medidas de ajuste fiscal, o segundo, na criação de um novo sistema de indexação que levou progressivamente a criação de uma nova moeda, através do indexador URV - Unidade Real de Valor, a qual estava vinculada ao dólar na base de um por um<sup>35</sup>.

Tais medidas trouxeram grandes impactos para o setor de importação e exportação, conforme se infere na tabela n° 7 abaixo, que bem retrata essas transformações.

Tabela 7 - Dados Mensais de 1994-1995						
	Inflação mensal	Taxa de cambio	Taxa mensal de juros	Exportações (Bil. US\$)	Importações (Bil. US\$)	Bal. Comercial (Bil. US\$)
<b>1994</b>						
Janeiro	42,2	0,14	43,2	2,7	1,8	0,9
Fevereiro	42,4	0,20	41,5	2,8	2,0	0,8
Março	44,8	0,28	47,0	3,4	2,2	1,2
Abril	42,5	0,40	45,1	3,6	2,2	1,4
Maio	41	0,58	48,1	3,9	2,4	1,5
Junho	46,6	0,83	48,4	3,7	2,5	1,2

<sup>35</sup>Para um revisão detalhada do Plano Real ver BACHA, Edmar Lisboa. "Plano Real: Uma avaliação preliminar". In: Revista do BNDES, 3 jul./1995, p. 3-26.

## MERCADO SUSTENTÁVEL DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Julho	24,7	0,93	6,7	3,7	2,6	1,1
Agosto	3,3	0,90	4,2	4,3	2,7	1,6
Setembro	1,5	0,87	3,8	4,2	2,8	1,4
Outubro	2,6	0,84	3,6	3,9	3,1	0,8
Novembr	2,5	0,84	4,1	3,7	4,3	-0,6
Dezembr	0,6	0,85	3,8	3,8	4,6	-0,8
<b>1995</b>						
Janeiro	1,4	0,85	3,4	3,0	3,3	-0,3
Fevereiro	1,2	0,84	3,2	2,9	4,0	-1,1
Março	1,8	0,89	4,3	3,8	4,7	-0,9
Abril	2,3	0,91	4,3	3,4	3,9	-0,5
Maio	0,4	0,91	4,2	4,2	4,9	-0,7
Junho	2,6	0,92	4,0	4,1	4,9	-0,8
Julho	2,2	0,93	4,0	4,0	4,0	0,0
Agosto	1,2	0,94	3,8	4,5	4,2	0,4
Setembro	1,1	0,96	3,3	4,2	3,7	0,5
Outubro	0,2	0,96	3,1	4,4	4,1	0,3
Novembr	1,3	0,96	2,9	-	-	-

Fonte: Conjuntura Econômica e Jornal do Brasil, 15/06/1995, p.12.

Assim, a queda das barreiras à importação acarretou uma rápida evolução das taxas de crescimento econômico e uma elevação da renda, tanto que houve um aumento significativo do volume de importações. No campo das exportações, o volume também aumentou<sup>36</sup>, fruto dessa política cambial.

## 2. O histórico econômico da primeira década do século XXI

Nos governos do Partido dos Trabalhadores e suas coligações (Lula da Silva e Dilma Rousseff), Nelson Barbosa<sup>37</sup>, professor do Instituto de Economia da UFRJ, afirma que “as linhas mestras do regime de política macroeconômica do governo FHC (sistemas de metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante) foram mantidas pelo governo Lula”. Todavia, somente no segundo mandato do

<sup>36</sup>BAER, op. cit., p. 384/385.

<sup>37</sup>BARBOSA, Nelson e SOUZA, José Antonio Parreira (2010) ‘A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda’, in: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.). Brasil: entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Boitempo. Também: A inflexão do governo lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. Disponível em: <<http://nodocuments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>> Acesso em: 22 out. 2014.

governo Lula e no período de governo de Dilma Rousseff, ocorreu uma maior flexibilização na gestão da política econômica.

Nesse passo, as exportações, a partir de 2003, passaram a contribuir de forma crescente para o resultado do PIB. A taxa média de contribuição das exportações para o crescimento do PIB, entre 2003 e 2006, foi de 1,5 %, o equivalente a, aproximadamente, 42,8% do crescimento do PIB médio no mesmo período<sup>38</sup>. O aumento das exportações induziu o aumento dos investimentos, em termos absolutos e relativos, dos grupos econômicos da indústria de commodities, incitando a expansão dos investimentos entre 2003 e 2006<sup>39</sup>.

Constata-se na apresentação da tabela abaixo.

Período	EXPORTAÇÃO BRASIL (FOB)		IMPORTAÇÃO BRASIL (FOB)		SALDO COMERCIAL (FOB)
	US\$ Bi	Variação (%)	US\$ Bi	Variação (%)	US\$ Bi
2000	55,1	14,8	55,9	13,3	-0,7
2001	58,3	5,7	55,6	-0,4	2,7
2002	60,4	3,7	47,2	-15	13,2
2003	73,2	21,1	48,3	2,3	24,9
2004	96,7	32,1	62,8	30	33,8
2005	118,5	22,6	73,6	17,1	44,9
2006	137,8	16,3	91,4	24,1	46,5
2007	160,6	16,6	120,6	32	40
2008	197,9	23,2	173	43,4	25
2009	153	-22,7	127,7	-26,2	25,3
2010	201,9	32	181,8	42,3	20,1
2011	256	26,8	226,2	24,5	29,8

Fonte: Exportação e Importação Brasileira: SECEX/MDIC e RFB/MF, 2011

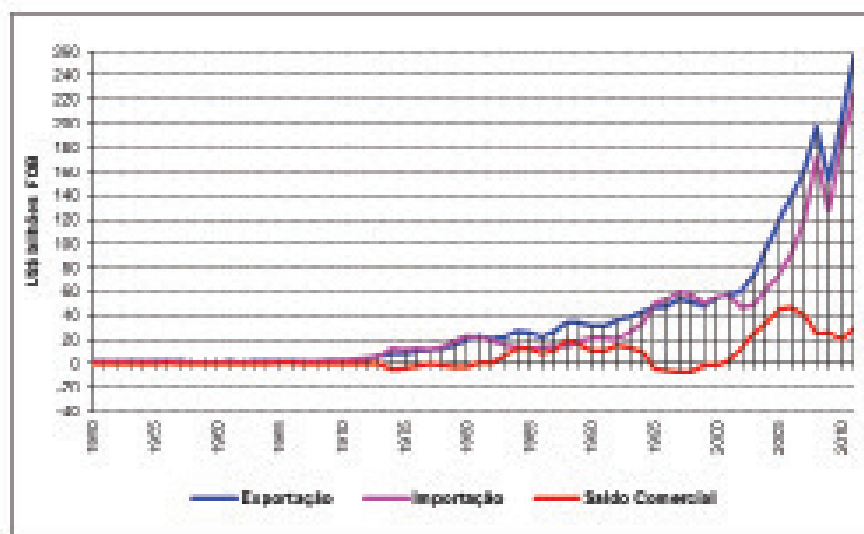
<sup>38</sup>“Entre 1999-2002 e 2003-06, o saldo acumulado da balança comercial aumentou 976% (de US\$13,9 bilhões para US\$ 149,6 bilhões). Esse nível de superávit comercial (fruto da expansão de 23% a.a. em média das exportações acima dos 18,4% das importações a.a. em média entre 2003 e 2006) provocou a reversão do sinal da conta corrente (deficitária todos os anos entre 1995 e 2002) que passou a ser superavitária entre 2003 e 2007, pois o déficit acumulado da conta de serviços e renda, entre 1999-02 e 2003-2006, cresceu 18,3% (de R\$ 101,5 bilhões para R\$ 120,1 bilhões)”. TEIXEIRA, Rodrigo Alves e PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Economia e Sociedade. Vol. 21, Campinas, Dez. 2012.

<sup>39</sup>Ver PINTO, Eduardo Costa. Bloco no poder e governo Lula. 2010. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. De acordo com ACIOLLY “A conta capital e financeira, entre 2007 e 2010 passou a apresentar superávits recordes (US\$ 88,3 bilhões em 2007, US\$ 70,2 bilhões em 2009 e US\$ 99 bilhões em 2010) e muito superiores aos montantes necessários para financiar a conta de transações correntes. Com isso, o balanço de pagamentos registrou superávits expressivos no 2º governo Lula” CINTRA, M.; ACIOLLY, L. O financiamento das contas externas brasileiras: 2003-2010. In: MONTEIRO, A. et al. Brasil em desenvolvimento. 2011. Brasília: Ipea, 2012.

A tabela acima, demonstra a performance do comércio exterior brasileiro na última década e o resultado favorável da balança comercial, sendo que o crescimento econômico mundial, o aumento dos preços internacionais de produtos básicos, a diversificação dos mercados importadores e a maior produtividade da indústria nacional favoreceram o dinamismo das exportações brasileiras, que passou a atingir sucessivos recordes, até a crise econômica mundial de 2008<sup>40</sup>.

Não obstante a crise financeira de 2008 - que provocou alterações significativas no mercado internacional, dificultando a expansão do dinamismo comercial de diversos países desenvolvidos, e, por consequência, dos países em desenvolvimento - o Brasil, apesar da queda na sua balança comercial durante o período mais intenso<sup>41</sup> da crise, retornou a ter resultados positivos, fruto da política de *superávit* primário<sup>42</sup> do Governo Dilma Rousseff, mantida até os dias atuais, consoante demonstrado no gráfico abaixo.

**Gráfico 2-Balança Comercial Brasileira - 1950 a 2011**



Fonte: MDIC

A despeito das externalidades que influenciam esse importante segmento

<sup>40</sup>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). Vários gráficos. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2014.

<sup>41</sup>ECONOMIA, Crise Econômica Mundial. Angela Merkel diz que crise está longe de terminar. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/criseeconomica/2013-08-20/angela-merkel-diz-que-crise-esta-longe-de-terminar.html>. Acesso em: 17 nov. 2014.

<sup>42</sup>A política econômica do governo Dilma Rousseff mantém o tripé (meta de inflação, câmbio flutuante e superávit primário) do seu antecessor. GRUPO DE ECONOMIA FUNDAP. Regime de política macroeconômica no governo Dilma. Disponível em: [http://www.fundap.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/boletim\\_economia\\_7\\_conjuntura\\_economica.pdf](http://www.fundap.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/boletim_economia_7_conjuntura_economica.pdf). Acesso em: 17 nov. 2004.

da economia brasileira, as informações estatísticas apresentadas nesse tópico, demonstram a íntima relação e até mesmo o protagonismo desse mercado de importação e exportação, através das suas empresas, nos ciclos econômicos experimentados pelo Brasil, sendo chave fundamental para o crescimento ou o desenvolvimento do país.

## Considerações Finais

Indiscutivelmente estamos sob a égide de um sistema econômico de feições capitalistas, marcado por uma economia de mercado, como também sob uma Constituição Federal que independente de filiações ideológicas, está assentada no postulado da livre iniciativa.

Conforme o histórico econômico do mercado de importação e exportação apresentado neste artigo, demonstra-se que a livre iniciativa é um dos valores fundamentais da democracia brasileira (art. 1º da CFRB) e ainda, juntamente com a valorização do trabalho humano, da ordem econômica e financeira (art. 170 da CRFB), constrói verdadeiro princípio constitucional informador da República Federativa do Brasil e de sua respectiva ordem econômica.

Com base na teoria dos princípios, o regime da livre iniciativa deve conformar e instruir a compreensão, como também a aplicação das normas e das leis relativas à atividade econômica do mercado de importação e exportação .

Daí, a importância do papel da livre iniciativa no crescimento e no desenvolvimento econômico do mercado de importação e exportação do Brasil, como protetor da atividade econômica. E a atividade econômica do mercado de importação e exportação, se traduz em empresa ,nos moldes da teoria geral prevista no Código Civil e amplamente visto nesse estudo.

Nesse sentido, a empresa do mercado de importação e exportação, como desdobramento da livre iniciativa e instituição social de extrema relevância para contemporaneidade, que reúne uma gama de interesses,tanto em seu âmbito interno, quando no âmbito externo, também é digna de proteção, tendo em vista ser elemento básico e central para o crescimento de qualquer economia moderna.

Notou-se, através do apanhado histórico realizado, relativo ao período do século XX e XXI, que as empresas do mercado de importação e exportação, carecem de especial atenção, porque demonstram íntima relação com o crescimento do

país, tendo sido inclusive, em alguns ciclos econômicos, chave fundamental para desenvolvimento nacional.

## Referências

ANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia/ tradução da 2ª ed. original** Maria José Cyhlar Monteiro - Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

CAVALLI, Cássio Machado. **Empresa, Direito e Economia: elaboração de um conceito jurídico de empresa no direito comercial brasileiro contemporâneo a partir do dado teórico econômico.** Tese apresentada pelo autor para requisito de obtenção do título de doutor pela UFRGS. Porto alegre, 2012.

BARBOSA, Nelson e SOUZA, José Antonio Parreira. 'A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda', in: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.). **Brasil: entre o Passado e o Futuro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Boitempo. 2010.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. **International financial flows to Brazil since the late 1960s.** World Bank Discussion Papers, 7. Washington, D.C.; World Bank, mar, 1987.

CINTRA, M.; ACIOLY, L. O financiamento das contas externas brasileiras: 2003-2010. In: MONTEIRO, A. et al. **Brasil em desenvolvimento.** 2011. Brasília: Ipea, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. A reforma da empresa. In: COMPARATO, Fábio Konder (org). **Direito Empresarial.** São Paulo: Saraiva, 1995, p. 3-26.

COOPERATIVISMO, Aprendendo a Exportar. Exportação. **Mercado de Commodities.** Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/sistemas\\_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/304](http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/304).> Acesso em: 16 mar. 2014.

DOELLINGER, Carlos Von. **A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1967-73.** Coleção Relatórios de Pesquisa, n° 22, Rio de Janeiro: IPEA, 1974, pp. 23-47.



ECONOMIA, Crise Econômica Mundial. **Angela Merkel diz que crise está longe de terminar.** Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/criseeconomica/2013-08-20/angela-merkel-diz-que-crise-esta-longo-de-terminar.html>> Acesso em: 17 mar. 2014.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GRUPO DE ECONOMIA FUNDAP. **Regime de política macroeconômica no governo Dilma.** Disponível em: <[http://www.fundap.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/boletim\\_economia\\_7\\_conjuntura\\_economica.pdf](http://www.fundap.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/boletim_economia_7_conjuntura_economica.pdf)> Acesso em: 17 mar. 2004.

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <<http://www2.fipe.org.br/>>. Acessado em: 16 fev. 2014.

FIRJAN, Sistema. **Diagnóstico do Comércio Exterior do Estado de Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/>>. Acessado em: 14 abr. 2014.

GLOBO, Economia. **Entenda o PIB - O que é.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e/platb/>> Acesso em: 14 abr. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Vários gráficos.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>> Acesso em: 17 abr. 2014.  
PAULANI, L. et. al. **O heterodoxo e o pós-moderno: o cruzado em conflito.** São Paulo: Paz e terra, 1987.

PINTO, Eduardo Costa. **Bloco no poder e governo Lula.** 2010. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves e PINTO, Eduardo Costa. **A economia política dos gover-**

nos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*. Vol. 21, Campinas, Dez. 2012.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick e JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia Brasileira Contemporânea**. 3. ed São Paulo: Atlas, 1999.

VASCONCELOS, Marco Antonio S. de e JÚNIOR, Rudinei Toneto (orgs.). **Manual de Economia**. 6. ed São Paulo: Saraiva, 2011.

VILLELA, Annibal e BAER, Werner. **O setor privado nacional: problemas e políticas para o seu fortalecimento**. Coleção Relatório de Pesquisa 46. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1980.

Artigo recebido em: 18. 06.2014

Revisado em: 12.07.2014

Aprovado em: 15.08.2014